

Audit work in the interpretation of cultural heritage: a study focused on the municipality of Manaus-AM

ELIZABETH AGTHA REDMAN COMAP

PATRÍCIA PEREIRA IZEL

RAIARA CASTRO PANTOJA

BRUNO NOGUEIRA DE SOUZA

LUCAS COSTA DE MIRANDA

Dr. DAVID BARBOSA DE ALENCAR

Ms. FRANCISCO CARLOS TAVARES AMORIM

Instituto de Ensino Superior Brauro Cardoso de Mattos- Fassera

Curso de Especialização em Auditoria e Perícia em Obras Civis

Abstract

The object of this study is the interpretation of the cultural heritage of the municipality of Manaus (AM), where this heritage is raised, analyzed and endorsed through the precepts of interpretative planning. The general objective of this work was to analyze the contribution of the extension project - "Meet Manaus": interpreting its cultural and natural heritage - in relation to the students' perception and sense of belonging to the heritage. As specific objectives, to compare through the essays students' interest in cultural heritage, before and after the interpretative work, analyze and identify the interpretative strategies and information adopted in the interpretative proposal. The theoretical framework was elaborated from a bibliographical research in secondary sources such as books, theses, dissertations and articles that deal with discussions involving the concepts of heritage, tourism planning, interpretation of cultural heritage and interpretative planning. In the field research, the city tour is described and evaluated and the writing of the essays made by the elementary students of the public school system of the city. It is concluded that interpretive planning signals as a way out for the

sustainable use of heritage, as it establishes a relationship between heritage, visitor and community offering information that leads him to reveal his identity.

Keywords: Cultural Heritage. Interpretive Planning. Sao Gabriel da Cachoeira. Tourism.

Resumo

O objeto deste estudo é a interpretação do patrimônio cultural do município de Manaus (AM), onde este patrimônio é levantado, analisado e avaliado por meio dos preceitos do planejamento interpretativo. O trabalho teve como objetivo geral analisar a contribuição do projeto de extensão – “Conheça Manaus”: interpretando seu patrimônio cultural e natural - com relação à percepção e o sentimento de pertencimento dos alunos para com os patrimônios. Como objetivos específicos, comparar por meio das redações o interesse dos alunos pelos patrimônios culturais, antes e após o trabalho interpretativo, analisar e identificar as estratégias interpretativas e informações adotadas na proposta interpretativa. O referencial teórico foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica em fontes secundárias como livros, teses, dissertações e artigos que tratam de discussões envolvendo os conceitos de patrimônio, planejamento turístico, interpretação do patrimônio cultural e planejamento interpretativo. Na pesquisa de campo, descreve-se e avalia a realização do city tour e a elaboração das redações realizadas pelos alunos do ensino fundamental da rede pública do município. Conclui-se que o planejamento interpretativo sinaliza como uma saída para o uso sustentável do patrimônio, pois ele estabelece uma relação entre patrimônio, visitante e comunidade oferecendo informações que o levam a revelar sua identidade.

Palavras chave: Patrimônio Cultural. Planejamento Interpretativo. Manaus. Turismo.

I INTRODUCTION

O planejamento interpretativo da auditoria é uma ferramenta estratégica necessária para o desenvolvimento do turismo em localidades de relevância histórica, cultural e natural como o município de Manaus, do Estado do Amazonas. Esse município possui elevado potencial turístico, traduzido pela exuberância natural, pela sua historicidade e, principalmente, pelo seu patrimônio cultural, objeto de nossa análise.

A interpretação do patrimônio cultural nos espaços turísticos de Manaus – Praça de São Sebastião, Igreja Matriz, Antigo Prédio da Prefeitura e a Câmara Municipal de Manaus - propostos neste estudo, concentra-se na comunicação e revelação de valores e significados que estimulem a conservação desses patrimônios.

Deste modo, este estudo tem como foco o trabalho de auditoria através da interpretação dos patrimônios culturais no município de Manaus que está sendo realizado pela Prefeitura Municipal, a partir do projeto – “Conheça Manaus”: interpretando seu patrimônio natural e cultural – aprovado pela Câmara de Vereadores e a Administração Municipal.

A motivação para a escolha do presente tema deve-se ao fato do município de Manaus, atualmente investir em projetos e ações de restauração e revitalização de seus patrimônios históricos. Optando-se assim, pela formulação do seguinte problema: Como a interpretação patrimonial nos atrativos culturais e artísticos de Manaus, pode influenciar a percepção e o sentimento de pertencimento dos estudantes do ensino fundamental do município?

Objetivo geral da pesquisa é analisar a contribuição da auditoria com relação à percepção e o sentimento de pertencimento dos habitantes do município. Objetivos específicos destinam-se a comparar por meio de pesquisas o interesse dos alunos pelos patrimônios culturais, antes e após o trabalho de interpretação da auditoria, e identificar qual estratégia interpretativa é adotada na interpretação dos patrimônios culturais do município.

Deste modo, será avaliada a importância que a interpretação desempenha dentro de um trabalho de auditoria, e como é o processo de elaboração do trabalho interpretativo nos patrimônios culturais de

Manaus. Para a elaboração deste estudo foi feita pesquisa bibliográfica em fontes teóricas como livros, artigos acadêmicos, internet e pesquisa de campo, a partir da realização de um *city tour* pela cidade realizado no mês de seteambro/2019.

II DEVELOPMENT

O conceito de patrimônio tem sido reformulado desde a sua concepção no século XVIII. Recorrendo ao sentido etimológico do termo, tem-se que “o patrimônio se forma a partir da união de dois vocábulos: *patrius* derivado de *pater* e *monium*, que relacionados significam o poder masculino, o poder pátrio, a herança paterna’[1]. Em uma perspectiva histórica, comenta-se que, aborda a construção e as modificações ocorridas durante diversos momentos históricos, no que diz respeito ao surgimento da ideia do conceito de patrimônio[2].

Discute a noção de monumento, desde seu início, momento ao qual está associado à lembrança, ao registro de algum acontecimento, data, pessoa ou fato marcante para determinado grupo social, frequentemente relacionado a questões afetivas, ou seja, “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças”[2,3].

É em Roma, por volta de 1420, que se inicia o reconhecimento do monumento histórico, não sendo, ao contrário do monumento “desejado e criado como tal”, mas sim uma realização reconhecida por gerações futuras. [...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar[3].

O termo patrimônio histórico passa a integrar os dicionários franceses na segunda metade do século XIX, quando começa a se projetar o estudo e a conservação de um bem em função de seu testemunho histórico e como obra de arte.

Entretanto, no século XVIII, já havia a preservação do patrimônio, porém era restrita ao âmbito privado, sendo representado pelos antiquários e coleções particulares. Na ocasião da Revolução

Francesa, os recém-formados Estados-Nação, passaram a cuidar do patrimônio, assim “a ideia de posse coletiva como parte da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação[4].

A noção de patrimônio vem no período revolucionário, cumpri papel estratégico, constituindo-se em um elemento de coesão nacional, além de servir como elemento de instrução dos cidadãos. Após a Revolução Francesa os monumentos serviram como instrumento para a concretização da identidade nacional, uma maneira de afirmação da identidade do povo francês[5].

No período entre guerras, há um uso crescente do termo patrimônio pelas instituições e associações internacionais. Nos anos 60 e 80 do século XX, há uma ampliação do sentido da palavra patrimônio, na qual passa de um patrimônio histórico e material a um patrimônio cultural e imaterial.

No Brasil, o termo patrimônio foi definido, a primeiro momento em 1937, com a publicação do Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, da seguinte forma: O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico[6].

Nessa definição, percebe-se uma visão tradicional de patrimônio, que considera apenas uma parte da história, dos bens materiais, desprezando fatos significativos que representam referenciais importantes para a sociedade, como seus costumes e tradições. No entanto, quando se fala de patrimônio, para além da origem jurídica do termo, o sentido é o de permanência do passado, a necessidade de proteger as ações por meio das quais os povos se expressam para as gerações futuras, que irão assim, cultivar a sua singularidade.

Discorrendo de outra maneira, pontua-se que o patrimônio são os bens naturais ou artificiais, materiais ou imateriais, que são caracterizados por experiências espirituais (crenças, costumes, produções artísticas e intelectuais), que existiram ou que foram deixadas de herança pelos antepassados[7]. O patrimônio, basicamente, divide-se em dois tipos: cultural e natural. O patrimônio

natural é o conjunto de bens naturais produzidos, espontaneamente, pela natureza.

O conceito da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, estabelece que patrimônio natural sejam as formações físicas, biológicas ou geológicas, consideradas excepcionais, habitat de espécies animais e vegetais ameaçados, e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético[8].

O patrimônio cultural, por outro lado, diz respeito ao conjunto de bens de valor material ou imaterial, com significado e importância para uma sociedade, criado no decorrer de sua história, conforme a definição de Cunha *apud* Rodrigues (p. 30): “[...] O patrimônio cultural abarca os produtos do fazer e do pensar humanos, os bens materiais e imateriais que desenvolveu a ciência, a tecnologia e as artes, a arquitetura e as cidades, seus valores espirituais, leis, instituições, crenças e tradições, além do patrimônio social constituído pela população humana”[9].

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram herdados e que permanecem na família por várias gerações, também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional[10]. Esses bens constituem um tipo especial de propriedade: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a continuidade da nação no tempo[9].

Nesse sentido, patrimônio cultural consiste em tudo aquilo que é produto da ação criativa do ser humano sobre o seu meio ambiente. É o que distingue as sociedades e grupos sociais uns dos outros, proporcionando para cada um deles identidade própria, a sua identidade cultural.

Na atualidade o patrimônio cultural está cada vez mais atribuindo importância ao valor imaterial dos bens, não valorizando exclusivamente seu valor estético. Segundo a UNESCO (2002), envolvem-se cada vez mais outras formas de bens, como a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes[11].

A noção de patrimônio cultural é muito mais ampla, que inclui não só os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das classes mais abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos abastados[7]. Nessa perspectiva, destaca-se que o patrimônio cultural revela a diversidade, os valores, os costumes e crenças de todos os grupos sociais, que está havendo uma valorização de toda a cultura do indivíduo, não somente a cultura das classes mais abastadas como acontecia, mas de todas as classes.

O patrimônio cultural abrange toda a manifestação da sociedade, tanto os bens materiais, quanto os imateriais, conforme a Constituição Federal, no artigo 216, estabelece:

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer, viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico[6].

Por patrimônio cultural material, entendem-se os bens culturais que sejam de representatividade para o país e para a sociedade, sendo classificados em duas categorias: bens móveis e imóveis. Os bens móveis são formados por artesanatos, obras de arte, objetos utilitários e mobiliários[12]. Os bens imóveis são representados por igrejas, prédios públicos, casas, conjuntos urbanos, paisagísticos, núcleos históricos, áreas de proteção ambiental e marcos importantes como referências para a vida social[3].

Os monumentos e prédios históricos são instrumentos que transmitem significados. Por sua natureza sólida são utilizados por historiadores e sociólogos para interpretar os conceitos e contextos existentes nas sociedades, e como fonte de informação para entendimento da identidade nacional e das diferenças étnicas[11].

Seguramente, é importante reconhecer e proteger a memória e as manifestações culturais representadas em todo o mundo, por meio dos monumentos, sítios arqueológicos, históricos e paisagens culturais. “Porém, não só de aspectos físicos se constitui a cultura de um povo. Tudo o que está inserido nas tradições, folclore, saberes, línguas, festas, nos diversos aspectos e manifestações, transmitidos oral ou gestualmente, recriados coletivamente ao longo do tempo, a essa herança cultural intangível dos povos, dá-se o nome de patrimônio cultural imaterial” (UNESCO, 2004).

Todavia, abre-se caminho para a valorização e o reconhecimento das tradições orais e imateriais da cultura popular. Isso significa que houve uma desmaterialização da noção de patrimônio cultural, para além dos monumentos históricos, conjuntos urbanos, locais sagrados, obras de arte, parques naturais, ecossistemas e diversidade biológica[13]. Aceitam-se também o espiritual, a música, dança, literatura, linguagem, folclore, lendas, hábitos, brincadeiras, o cotidiano, costumes das comunidades[14]. Sendo assim, patrimônio cultural imaterial inclui:

- [...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas
- junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (UNESCO 2004).
- O reconhecimento da importância dos elementos imateriais na constituição do patrimônio cultural, tem servido para agregar mais sentido, significado e aproximá-lo mais do cotidiano das sociedades[15].

Ele conserva a memória do que se foi e é, revela a identidade de um povo e expressa o resultado do processo cultural que proporciona ao ser humano o conhecimento e a consciência de si mesmo e do ambiente que o cerca. Apresentam no seu conjunto, os resultados do processo histórico que permite fornecer a um povo a sua orientação para que se reconheça[16].

III MATERIALS AND METHODS

Para atingir o objetivo deste trabalho adotou-se nas seções anteriores a discussão dos aspectos teórico-conceituais sobre patrimônio, planejamento e interpretação. Nesta seção são apresentadas as propostas de um plano interpretativo elaborado para os patrimônios de Manaus, que integraram este estudo e a pesquisa de campo. Os procedimentos metodológicos abrangem o projeto da Prefeitura Municipal – Conheça Manaus: interpretando seu patrimônio natural e cultural – aprovado pelo Gestor Municipal e Câmara de Vereadores deste município.

Para a realização da proposta interpretativa foi considerado o modelo de planejamento interpretativo de Murta e Goodey (1995; 2002), dividido em três etapas, que são: o inventário, registro de recursos, temas e mercados, o desenho e montagem da interpretação e a gestão e promoção do patrimônio. Desta forma, algumas etapas foram realizadas como levantamentos dos recursos técnicos, financeiros e humanos a partir de visitas aos bens, registro fotográfico, entrevistas com gestores desses bens, consulta a documentos oficiais e ao acervo disponível em cada local.

Esses instrumentos permitiram recolher informações sobre o objeto de estudo, cujos conteúdos contidos nos documentos, nas fotografias e nas observações conduziram para o reconhecimento e caracterização dos atrativos, identificação e análise dos materiais e meios interpretativos disponibilizados, e avaliação do grau de desenvolvimento interpretativo dos bens.

IV STUDY APPLICATION

A interpretação do patrimônio através da auditoria é realizada a partir de um plano interpretativo, que é fundamentado no planejamento participativo para que seus objetivos e princípios sejam alcançados. Miranda propõe algumas orientações que são essenciais para o planejamento interpretativo, são elas:

- Comunicar o significado do lugar de forma interessante e efetiva, sendo esta a missão da interpretação;

- Contribuir para a satisfação das necessidades do visitante, conhecendo seus diversos aspectos, tipos e perfis para assim melhor atendê-los;
- Proteger o recurso, por meio da conservação para que seja apreciado por muitos visitantes no decorrer dos tempos;
- E melhorar a qualidade de vida dos habitantes locais, tanto socialmente, quanto culturalmente[14].

Para alcançar seu objetivo, o planejamento interpretativo da auditoria passa por uma série de etapas que se consolidarão no plano interpretativo (Quadro 01):

Quadro 01: Processos do planejamento interpretativo.

PROCESSOS DO PLANEJAMENTO INTERPRETATIVO	
ETAPAS	DESCRIÇÃO
Situação inicial	Reconhecimento do local a ser interpretado, sua extensão, seus problemas, acesso, enfim sua situação atual.
Formulação dos objetivos do planejamento	Definir, direcionar e limitar os pontos que se pretende realizar.
Recolhimento de Informação	Recolhimento de informações seletivas, úteis para o trabalho de interpretação, como por exemplo, o tipo de demanda do local.
Análise	A partir da documentação gerada nos itens anteriores, serão analisados os recursos, a demanda, os objetivos, as mensagens, e os meios de comunicação para a interpretação.
Síntese	Verificar e classificar todos os pontos cruciais para conter no plano interpretativo.
Plano de interpretação	É um documento detalhado com as ações que foram desenvolvidas para interpretar o local, que servirá como referência para a implementação dos serviços.
Execução	Efetuar, colocar em prática as ações desenvolvidas no plano.
Evolução e seguimento	É a continuidade e evolução das atividades do plano, mesmo após sua finalização, adquirindo assim a resposta da implementação do plano.

Fonte: Souza de Sá (2015).

Segundo NBR 9050 o plano interpretativo “visa estabelecer no espaço uma *rede de descobertas* e de desfrute para residentes, visitantes e turistas, ampliando as possibilidades de desenvolvimento de projetos turísticos e culturais” [18]. Souza de Sá classifica o plano interpretativo em dois tipos: plano estratégico e detalhado.

Quadro 02: Classificação dos planos interpretativos.

CLASSIFICAÇÃO DOS PLANOS INTERPRETATIVOS		
	PLANO INTERPRETATIVO ESTRATÉGICO	PLANO INTERPRETATIVO DETALHADO
Principais direcionamento	<ul style="list-style-type: none"> - Guiar e coordenar esforços de todos que desejam contribuir; - Assegurar cobertura abrangente de uma área extensa; - Estabelecer orientações para o planejamento detalhado; - Evitar trabalho dobrado; e, - Estimular a formação de redes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer objetivos e metas claramente descritas; - Especificar temas, conteúdos, métodos e mídias interpretativas; - Estimar todos os recursos financeiros, investimentos, custos e receitas; - Estabelecer cronograma de ações em ordem de prioridades definidas; - Determinar Responsabilidades para implementação, gerenciamento e colaboração; e, - Decidir métodos de avaliação dos recursos.
Principais Elementos	Missão; Objetivos; Proposta de mecanismos; Orçamentos e provisões sobre os recursos; Prioridades e prazos;	Missão; Objetivos; Público alvo; Recursos interpretativos; Objetivos interpretativos e temas; Métodos interpretativos;

Fonte: Souza de Sá (2015).

Os planos estratégicos dispõem claramente os direcionamentos e os objetivos, porém são limitados em detalhes específicos[19]. Através destes tipos de plano realizam-se as parcerias, a organização do orçamento, das prioridades e prazos gerais, na medida em que se descrevem as responsabilidades da sua gestão[20].

Os planos detalhados são utilizados para estabelecer programas voltados para trabalhos interpretativos menos extensos e com custos detalhados. São aplicáveis em locais únicos ou em projetos individuais inseridos em um plano estratégico[17]. Considerando

essas variáveis, considera-se importante decidir se o plano terá um ou dois níveis de ação[18]. Avaliando os níveis de inserção e abrangência e os tipos de planos interpretativos possíveis, que varia de sítios específicos, as cidades, local e região, a fim de possibilitar uma adequação do plano ao espaço em que se insere.

Quadro 3: Níveis de inserção e abrangência dos planos interpretativos.

NÍVEIS DE INSERÇÃO E ABRANGÊNCIA E OS TIPOS DE PLANOS INTERPRETATIVOS
Plano regional: mais propenso a ser estratégico. Tem como subsídio uma região reconhecida pelos visitantes e pela comunidade;
Plano local: trata-se de uma área facilmente identificada por visitantes e residentes, na qual se usa o plano detalhado.
Plano de sítio específico: será um documento detalhado para um atrativo ou sítio já consolidado ou um novo;
Plano de cidades: poderia ser estratégico, com planos detalhados para os distritos.

Fonte: Souza de Sá (2015).

De acordo com Martin, o método do plano interpretativo é dividido em três etapas, que contemplam:

- Inventário e registro de recursos, temas e mercados;
- O desenho e montagem da interpretação;
- A gestão e promoção do patrimônio[12].

O inventário se divide em recursos, temas e mercados. Na parte que compete aos recursos, deverão ser registrados todos os recursos culturais e ambientais, técnicos e financeiros, envolvendo, para tanto, diferentes setores da administração pública e da comunidade[20]. Deve ser estudado, o que há para ser interpretado e o potencial do objeto, quanto a temas, histórias, eventos, associações humanas, reconhecimento regional, nacional e internacional, além das limitações da localidade quanto a acesso, impactos sobre o meio ambiente e a cultura, tipicidade e necessidades econômicas e as limitações de gestão[17].

Igualmente, nesse item, devem ser registrados os temas que dão ao lugar um caráter único, evidenciando sua história, topografia, seus personagens, lendas, seus sítios e edificações. Por fim, com a análise do perfil do turista, é que serão definidos o público-alvo e os

mercados a serem atingidos. No item do desenho e montagem da interpretação, são escolhidos os meios e as técnicas de interpretação para uma localidade, tendo como base a pesquisa sobre o público-alvo e o mercado, além do conhecimento sobre o que a comunidade quer que os turistas saibam, sintam e façam na localidade.

O item da gestão e promoção do patrimônio se caracteriza por garantir a preservação e a atualização das instalações interpretadas. Nesta fase, deve-se dar atenção à publicidade adotada para divulgar o local, como folhetos, painéis, mapas ilustrados, televisão, rádio, festivais, eventos, manifestações artísticas, entre outros[9]. Também definem como devem ser elaboradas as estratégias interpretativas e apontam as diversas possibilidades no que tange os meios e as técnicas de interpretação[14].

As estratégias interpretativas devem ser elaboradas tomando como referência as características culturais do lugar de forma a valorizar e intensificar a experiência turística, podendo incluir trilhas e roteiros sinalizados, treinamento de guias e condutores e publicações como mapas ilustrados e folders[17]. Nos meios e técnicas de interpretação podem-se citar as interpretações ao vivo, que pressupõem a presença de um guia, textos e publicações que incluem todo o material gráfico com ilustrações e informações que visem auxiliar no esquema de interpretação.

Interpretações com base no *design* podem ser estáticas ou animadas. Neste caso, caracterizam-se entre os meios estáticos as placas, painéis, letreiros, objetos fixos e protegidos, modelos e reconstruções, além da apreciação passiva de cenários reconstruídos. Dentre os meios animados estão incluídos meios mais reais de representação que, por muitas vezes, inclui cheiros, sons, luzes, imagens e movimento, onde também aparecem os meios de interpretação apresentados.

Assim, a utilização dessas ferramentas deve, sobretudo, observar o lugar, suas peculiaridades e atrativos e a forma de torná-los ainda mais notórios e interessantes, transformando a experiência do visitante em algo interessante e emocionante. O plano interpretativo necessita considerar todo o conjunto da localidade, desde a infra-estrutura, meio ambiente e cultura até o atendimento ao cliente.

É importante lembrar que o plano interpretativo da auditoria deve considerar todo o contexto socioambiental. Aspectos de atendimento ao cliente, tais como estacionamento, segurança, sinalização, restaurantes e sanitários, não podem ser negligenciados, sob pena de deixar no visitante uma imagem negativa do lugar, mesmo se a interpretação em si for brilhante[17].

Assegura-se assim, que a interpretação e o turismo devem ser atividades diretamente ligadas, que têm como objetivo a qualidade da visita ao patrimônio cultural. Contudo, os principais aspectos envolvidos no processo de planejamento interpretativo giram em torno da elaboração e implementação de um plano interpretativo que, por sua vez, incorpora os preceitos gerais do planejamento, visando promover a interpretação do patrimônio e que tem o objetivo de provocar, relacionar e revelar algo, por meio da comunicação interpretativa.

V RESULTS AND DISCUSSIONS

A interpretação do patrimônio deve oferecer ao visitante uma experiência de interação com o bem, proporcionar diferentes sensações e descobertas. Para que isto ocorra, não basta apenas exibir seus patrimônios, impregnados de história. É necessário que o município revele o significado de sua originalidade por meio de seus bens culturais e da sua interação com a comunidade local.

A proposta de interpretação de auditoria para o município de Manaus, realizada pelo projeto intitulado “Conheça Manaus: interpretando seu patrimônio natural e cultural” foi elaborada a partir da importância da valorização do patrimônio, por meio da difusão do conhecimento de sua origem e significados, para que assim, essas informações beneficiem não só aos turistas, mas também a população local.

- Prédio da antiga Prefeitura Municipal

O prédio da Antiga Prefeitura Municipal de Manaus, (Fig. 08), destaca-se na topografia urbana por seu perfil pouco convencional, sendo uma construção assombrada da num cenário formado

predominantemente por edificações térreas. Quando foi erguido pelo saudoso Interventor do Estado do Amazonas, o Capitão Português José da Silva Delgado, na década de 1930, era uma edificação térrea. A construção é uma referência para a instalação do poder público municipal. Sua história foi traçada oralmente pelos habitantes de Manaus, que foi passando de geração em geração, por isso sendo comum ter muitas dúvidas a respeito deste patrimônio (SILVA, 2007). O prédio da antiga Prefeitura Municipal está localizado no centro da cidade. Esse patrimônio histórico, hoje funciona como escritório do Ministério do Trabalho e Emprego e Junta do Serviço Militar. A proposta interpretativa foi fundamentada em princípios de interatividade entre os envolvidos, intérpretes, visitantes e comunidade, e também relacionando, difundindo a arte em Manaus.

Figura 01: Prédio da Antiga Prefeitura Municipal de Manaus



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Nesse sentido, a procura pelo equilíbrio entre as partes foi um ponto essencial, refletido para que o prédio histórico da antiga Prefeitura Municipal, funcione como um instrumento de cultura, sobretudo de educação para preservação ambiental. Por interpretar um espaço de cunho cultural, os métodos de interpretação constam do desenvolvimento de uma série de eventos e atividades que estimulem a compreensão, o prazer pela arte, e que enalteça a cultura local, são eles:

- Shows de música regionais indígenas;

- Exposição das obras confeccionadas nas aulas de artes pelos alunos indígenas de várias tribos existentes no município;
- Abertura do espaço para a venda de artesanato local;
- Exposição de fotografias originais da Antiga Prefeitura;
- Painéis com exibição de documentários, curta metragens e animações editados pelos alunos da rede pública de ensino; e,
- Abertura de restaurantes para venda de comidas regionais.

Além da sugestão desses eventos, deverão ser trabalhadas técnicas em que a interação entre as crianças e os intérpretes seja a maior possível, apresentando interpretações baseadas em cores, sons e luzes. Dessa forma, a atenção permanecerá no objetivo principal. Entretanto, a interpretação ao vivo nem sempre é oportuna dentro deste espaço, e para essas ocasiões, quando não houver o agendamento da visita, a proposta e a criação de um folheto de autoguiamento, para acompanhar visitantes que queiram conhecer o espaço, sem a necessidade de um guia.

O folheto tem como objetivo facilitar a visitação, contendo o desenho do prédio, indicando os espaços, sua utilidade e história de maneira clara e objetiva, porém completa. Para promovê-lo, deverão ser realizadas algumas divulgações do espaço. Para isso propõe-se a criação de um *site* próprio que deverá ter em seu conteúdo:

- Informações gerais sobre o espaço, como sua história, propriedade, dentre outros;
- Agenda cultural *on line*, que conterà todos seus atrativos e calendário de eventos semestral, sendo atualizados mensalmente;
- Contato para agendamento de visitas, para atender as necessidades e informações gerais sobre o atrativo e suas atividades.

Desta forma, o patrimônio pode difundir um desenvolvimento local em nível sócio cultural e econômico, propiciando um desenvolvimento sustentável combinando a conservação dos bens, a qualidade da experiência do visitante e a qualidade de vida da população. Valoriza-se assim o patrimônio local, numa apresentação integrada de atrações para a população, visitantes e turistas, com destaque para os estudantes do ensino fundamental, procedentes principalmente das escolas dos municípios vizinhos e distritos.

VI CONCLUSIONS

O termo patrimônio surgiu com o renascimento italiano e se institucionalizou com a revolução francesa. Após a II Guerra Mundial, se reconheceu o seu valor, a partir de experiências bem sucedidas de movimentos internacionais de preservação. Durante o século XX, o conceito de patrimônio e o aparato para sua preservação para a presente e futura gerações vêm se expandindo progressivamente.

Assim, Patrimônio cultural como é chamado atualmente, são elementos significativos da memória social de um povo, que engloba os elementos da natureza, a acumulação de conhecimento, e todos os bens culturais que possuem representatividade para a história e a identidade da sociedade, constituindo-se de todos os elementos ou manifestações materiais ou imateriais produzidas pela sociedade.

Pode ser um conjunto de bens imóveis de valor significativo (prédios e praças, entre outros), e manifestações culturais que conferem identidade a esses espaços, ou ainda, um conjunto de bens imateriais de valor significativo (roupas típicas, danças, tradições, entre outros), que conferem identidade ao grupo social.

O atual cenário em que o município de Manaus se encontra, valorizando sua história, revitalizando seus bens, tanto materiais, quanto imateriais, configura-se como condição propícia para planejar e interpretar o seu patrimônio. No plano interpretativo proposto para o município, os atrativos nomeados envolvem a Praça do Rodoviário e seu entorno, o prédio da antiga Prefeitura e Câmara Municipal, escolhas motivadas por encontrarem-se prontos para visitação, estarem pr oximos uns dos outros e por j a estabelecerem um roteiro.

REFERENCES

- [1] SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**: São Paulo: Petrópolis, 2015.
- [2] CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estac o da Liberdade: UNESP, 2016.

- [3] CUNHA, Danilo Fontenele Sampaio. **Patrimônio cultural: Proteção legal e constitucional**. Rio de Janeiro: Letra legal, 2014.
- [4] RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do Meio Ambiente**. São Paulo: Papirus, 2017.
- [5] FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2016.
- [6] BRASIL. **Constituição federal**. Artigo 216. Brasília: Senado Federal, 1988.
- [7] BARRETTO, Margarita. **Turismo e legado cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2016.
- [8] BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- [9] RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo, PINSKY, Jaime (orgs.). **Turismo e patrimônio cultural**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005.
- [10] CARTER, James. *A sense of a place: an interpretive planning handbook*. 2. ed. Scottish Interpretation Network, 2001. Disponível em: <<http://www.scotinterpnet.org.uk>>. Acesso em 06.out.2019.
- [11] FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Os desafios da destruição e conservação do patrimônio cultural no Brasil**. Trabalhos de Antropologia e Etnologia. Porto, 2001.
- [12] MARTÍN, Marcelo. *Patrimonio y sociedad: Interpretación y otras cuestiones en la planificación turística de las ciudades monumentales*. s.d. Disponível em: <<http://www.gestioncultural.org>>. Acesso em: 04.set.2019.
- [13] GUEDES, Tarcila. **O lado doutor e o gavião de penacho: movimento modernista e patrimônio cultural no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2000.
- [14] MIRANDA, Jorge Morales. *La planificación interpretativa asegura la excelência en interpretación*, s.d. Disponível em: <<http://www.interpretaciondelpatrimonio.com>>. Acesso em 04.set.2019.
- [15] MOLINA, Sergio, RODRÍGUEZ, Sergio. **Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina**. Bauru: EDUSC, 2016.

[16] MURTA, Stela Maris, GOODEY, Brian. Interpretação do patrimônio para visitantes: Um quadro conceitual. *In*. MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. (orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

[17] SOUZA DE SÁ, A.L. [et al]. **Auditoria de engenharia: uma contribuição do Tribunal de Contas de Pernambuco**. Recife: TCE/PE, 2015.

[18] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2002.

[19] MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. Interpretação, Preservação e Turismo: uma introdução. *In*: MURTA, Stela Maris, ALBANO, Celina. (orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

[20] MURTA, Stela Maris, GOODEY, Brian. **Interpretação do patrimônio para o turismo sustentado: um guia**. Minas Gerais: SEBRAE, 1995.